

228

**PROBLEMAS JURÍDICOS E OPERACIONAIS NO FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES.** *Juliana Carrilho do Rego Barros, Martine D'Andréia de Medeiros, Ana Paula Lopes, Rodrigo Stumpf González (orient.)* (Centro de Ciências Jurídicas, UNISINOS).

Tal estudo, tem por objetivo analisar o funcionamento do Conselho Tutelar, sua função e ação perante a sociedade; trazendo à tona a realidade do trabalho dos conselheiros tutelares e expondo suas dificuldades. Busca-se fazer uma análise histórica do tratamento jurisdicional dado às crianças desde a época em que o Estado as tratava apenas sob a ótica punitiva até o presente momento, no qual vigora a política da situação de risco, a qual coloca a criança e o adolescente como cidadãos de plenos direitos. O ECA institui dessa forma o Conselho Tutelar como sendo o guardião encarregado de zelar por esses direitos, distribuindo competências antes só do Juizado da Infância e Juventude, deixando a cargo do Conselho Tutelar resolver os problemas de natureza social que não impliquem em procedimentos judiciais. A implantação deste modelo, onde fica a cargo do município estabelecer o funcionamento do Conselho Tutelar, gerou alguns problemas, como a identificação do vínculo jurídico dos conselheiros com o município; como também o reconhecimento do Poder Público. A metodologia escolhida abrange o levantamento e fichamento bibliográfico, pesquisas empíricas acerca da realidade nos Conselhos Tutelares hoje, através de entrevistas estruturadas e "surveys". Os resultados até agora alcançados refletem as dificuldades dos conselheiros ao assumirem o cargo e em se familiarizarem com suas funções, além da falta de conscientização da sociedade e do Poder Executivo em dar a devida importância ao órgão. (FAPERGS/IC).